
AS 'FACES DA MOEDA' SINO-JAPONESA: IMPACTOS DA ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO (1979-2022)

THE SINO-JAPANESE 'FACES OF COIN': IMPACTS OF THE OFFICIAL
DEVELOPMENT ASSISTANCE (1979-2022)

DOI: 10.5380/cg.v%vi%i.91621

Kawanna Alano Soares¹

Sirlei de Souza²

Resumo

O mecanismo de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA) foi criado com o intuito de auxiliar nações a melhorar as condições de vida da população. O fornecimento da ODA, de um Estado para outro, pode ser visto como uma ferramenta para ajuda genuína ou como um meio para fins políticos, visando a retribuição ou o reconhecimento. A relação sino-japonesa é um exemplo deste caso, pois esses países possuem conexões econômicas e históricas imbricadas e complexas que acabaram por incentivar e, posteriormente, afetar o fornecimento do ODA japonês à China. A pesquisa descreve a) como as relações entre os países se encontravam antes do firmamento desses acordos, b) a visão de Hans Morgenthau sobre o ODA, c) o modelo japonês do ODA e as razões para ser fornecido, d) como foi o desenvolvimento do ODA sino-japonês e os empecilhos encontrados durante sua execução – dentre eles desacordos em relação a reconhecimento, conflitos acerca da história e a utilização de discursos nacionalistas que incentivaram insatisfações internas entre os países. Portanto, o caso sino-japonês é interessante diante do marco histórico da conclusão do ODA (1979-2022) e das situações pontuais que afetaram o seu desenvolvimento, pactuando com a ideia de Morgenthau sobre o 'teatro' envolvendo o ODA, além da forma como a relação entre os países se encontra. Diante disso, é relevante compreender como esses mecanismos de financiamento e assistência entre Estados são utilizados, com as suas possíveis motivações, internas e externas, e consequentes frustrações.

Palavras-Chave: China; Japão; Relações Internacionais; Assistência Oficial ao Desenvolvimento.

Abstract

The Official Development Assistance (ODA) mechanism was created with the aim of helping nations to improve the living conditions of the population. The provision of ODA, from one State to another, can be seen as a tool for genuine aid or as a means to political ends, seeking retribution or recognition. The Sino-Japanese relationship is an example of this case, as these countries have intertwined and complex economic and historical connections that ended up encouraging and, subsequently, affecting the supply of Japanese ODA to China. The research describes a) how the relations between the countries were before the signing of these agreements, b) Hans Morgenthau's vision about ODA, c) the Japanese model of ODA and the reasons for providing it, d) how was the development of the Sino-Japanese ODA and the obstacles encountered during its execution – among them disagreements regarding recognition, conflicts over history and the use of nationalist

¹ Bacharel em Ciências Políticas pela Universidade da Região de Joinville, Especialista em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: kawannaalano@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7518-7573>.

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e licenciada em História pela Universidade da Região de Joinville (Univille). E-mail: professorasirlei@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1168-7034>.

discourses that encouraged internal dissatisfaction between countries. Therefore, the Sino-Japanese case is interesting in view of the historical milestone of the conclusion of the ODA (1979-2022) and the specific situations that affected its development, agreeing with Morgenthau's idea about the 'theatre' involving the ODA, in addition to the way how the relationship between countries stands. In view of this, it is relevant to understand how these financing and assistance mechanisms between States are used, with their possible motivations, internal and external, and consequent frustrations.

Keywords: China; Japan; International relations; Official Development Assistance.

1. INTRODUÇÃO

A relação diplomática da República Popular da China (RPC) e do Japão pode ser descrita como, no mínimo, singular. Os países compõem duas das três maiores economias mundiais, próximos geograficamente, com fortes relações econômicas³ e possuindo 'feridas' históricas que ainda sangram. Ocorre que, mesmo com essa ligação econômica, as relações diplomáticas ainda são vistas como 'frias' (SOUZA, 2017).

Debruçando-se sobre a história, é possível destacar o papel de relevância que esses países tiveram para a evolução do sistema internacional e como seus alinhamentos políticos foram decisivos para o fim da Guerra Fria – inclusive nas formas como a geopolítica foi impactada com a proximidade entre China, Estados Unidos e Japão. Em um novo sistema internacional interdependente e globalizado, políticas internas afetam o setor externo, e demonstram a responsabilidade dos países sobre a região e o mundo (SILVA, 2012).

Após a ruptura de relacionamentos com a União Soviética (URSS) no início de 1960, o governo chinês havia buscado quebrar o isolamento do país, com uma política externa pragmática, ao mesmo tempo em que fomentava o patriotismo internamente (SOUZA, 2017). Esta foi uma das razões que possibilitaram a reaproximação com os Estados Unidos e o Japão a partir de 1970; porque os países tinham a URSS como 'inimigo em comum' e a China buscava a obtenção de recursos para modernização e desenvolvimento econômico, além da manutenção estável dos ambientes interno e externo, revisão de tratados desiguais e reintegração territorial (SILVA, 2012).

Com isso, em outubro de 1971, a China tornou-se membro permanente das Nações Unidas, por decisão na Assembleia Geral, e teve reconhecido o regime comunista por diversos países. Inclusive, a visita do Presidente Estadunidense Nixon à Beijing, em fevereiro de 1972, remeteria ao fim de uma era e simbolizava a aceitação da RPC. Tal prestígio e atenção pela comunidade internacional só veio a ocorrer pela mudança brusca da diplomacia chinesa (BIANCO, 1987).

A população japonesa, naquele momento, possuía um sentimento de culpa pelos atos cometidos em guerra, que se transmutou em um elemento facilitador para a normalização

³ A China tornou-se o maior parceiro comercial do Japão a partir de 2008 e o Japão segundo grande parceiro econômico da China na primeira década do século XXI (DE SOUZA, 2017).

diplomática entre os países, em julho de 1972, quando Tanaka Kakuei tornou-se o Primeiro-Ministro. Em setembro do mesmo ano ocorreu a reunião entre a comitiva de Tanaka e do Ministro de Assuntos Exteriores Ohira Masayoshi com Mao Zedong, Zhou Enlai e outros representantes chineses. A RPC se dispôs a renunciar reparações financeiras de guerra em troca do Japão reconhecer unicamente o governo de Beijing e a indivisibilidade do território⁴ (SILVA, 2012).

Durante esse processo, adotou-se uma política na China de separar ideias envolvendo a população japonesa e os líderes que tiveram comportamentos deturpados durante a guerra, o próprio Premier Zhou Enlai descreveu o povo como pacífico e deu pouca atenção à questão das ilhas ocupadas⁵, chamadas Diaoyu em chinês e Senkaku em japonês. Alcançando assim o reconhecimento da RPC como governo legítimo, estimulando o comércio bilateral e formando alinhamento estratégico contra a URSS (SOUZA, 2017).

Com o desenvolvimento desta estrutura bilateral de comércio, a China passou a exportar produtos primários, como petróleo cru, alimentos e outros minérios; enquanto o Japão comercializava produtos altamente processados, tal qual aço, maquinários, produtos químicos e outros fundamentais para industrialização chinesa (SILVA, 2012).

A morte do Presidente Chinês Mao Zedong, em 9 de setembro de 1976, e a chegada a presidência por Deng Xiaoping⁶ marcaram uma mudança significativa nas relações diplomáticas sino-japonesas. Estas podem ser consideradas relativamente cordiais desde fevereiro de 1978, com o firmamento do Acordo Comercial de Longo Prazo que vigoraria até 1985, no valor de US\$20 bilhões e seguido da conclusão do Tratado de Paz e Amizade Sino-Japonês, em agosto de 1978. Esta base legal sólida propiciou a reconciliação entre os países, em 1979, oficializado pela Assistência Oficial ao Desenvolvimento (Official Development Assistance - ODA) de Tóquio à Beijing tentando auxiliar o desenvolvimento chinês e estreitar laços econômicos, culturais, tecnológicos e educacionais entre os países (KIM, 1985).

Infortunadamente, este acordo foi firmado sob o apagamento histórico de crimes cometidos durante as segundas guerras, a Sino-Japonesa (SGSJ) e a Mundial (SGM). Leva-se em consideração ainda que desde os anos 1980, o sentimento anti-Japão na China encorpou-se como obstáculo às

⁴ O requisito da unicidade envolve Taiwan e o desejo que o Japão reconhecesse a ilha como província da RPC, pois em 1952 eles haviam firmado um acordo com o governo *Kuomintang*, em Taipei.

⁵ A informação, em 1968, pela UNECAFE sobre a probabilidade de existir uma plataforma continental entre Taiwan e o Japão, com 10 a 100 bilhões de barris de petróleo, causou a primeira disputa entre estes governos sobre *Senkaku/Diaoyu*. Na época as ilhas estavam sob controle dos EUA e haviam sido consideradas como parte da "*Nansei Shoto*". Quando a tutela terminou, em 1972, a área foi devolvida ao Japão, com base no Tratado de Reversão de Okinawa, e a administração chinesa de Mao Zedong não protestou (HAHM; HEO, 2019). Isto porque o primeiro-ministro chinês não acreditava que a posse do arquipélago fosse relevante comparado à recuperação de relações diplomáticas Sino-Japonesas. Mais tarde se provou errado, pois em 1978 Deng Xiaoping buscou reivindicar as ilhas (DE SOUZA, 2017, p. 127).

⁶ O sistema econômico de mercado socialista, por Deng Xiaoping, causou o desenvolvimento acelerado da economia, com crescimento de dois dígitos anualmente. Em 1978, o PIB era de US \$216 bilhões e em 2017 atingiu US \$12,2 trilhões. Ademais, a RPC se tornou a segunda maior economia do mundo em 2010, com exportações crescentes e a maior reserva cambial do mundo no valor de US \$ 3,1 bilhões em 2018 (HAHM; HEO, 2019).

relações interestatais e, em meados dos anos 1990 no Japão, insatisfações relacionadas ao crescimento da RPC e estagnação japonesa também se tornaram discursos anti-China (SILVA, 2012).

Portanto, o caso sino-japonês é interessante diante do marco histórico da conclusão do ODA (1979-2022) depois de 43 anos, das situações pontuais que afetaram o seu desenvolvimento durante o percurso e na forma como a relação entre os países se encontra. Diante disto, é relevante compreender como estes mecanismos de financiamento e assistência entre Estados são utilizados, com as suas possíveis motivações, internas e externas, e consequentes frustrações.

2. OFFICIAL DEVELOPMENT ASSISTANCE E O VIÉS DE HANS MORGENTHAU

Ao findar da Guerra Fria, os países desenvolvidos passaram a ofertar auxílio externo a países que necessitavam, os modelos existentes incluem: ajuda de emergência, assistência humanitária, assistência militar e assistência oficial ao desenvolvimento (ODA); dentre esses, o ODA é o mais relevante para o presente estudo. Este auxílio é descrito como fundos para ajudar nações em desenvolvimento, fornecido por organizações oficiais, podendo estas serem governos estaduais e locais ou suas agências administrativas, e organizações multilaterais. Algumas correntes realistas da política internacional argumentam que o objetivo do auxílio externo é aumentar a segurança de determinado país, fortalecendo a soberania e contendo forças hostis no ambiente internacional (FAN; YUEHUA, 2008).

Ocorre que Morgenthau (1962) não concordava com essa visão. O pensador acreditava que essa ferramenta era uma outra 'arma' no arsenal de uma nação, sendo um método de políticas ou propagandas diplomáticas e militares. Este viés implica a relação de um país dentro do sistema político internacional, onde esse ocupa determinada posição e, se essa for hegemônica ou estiver procurando obter este status, buscará ser um fornecedor de auxílio externo. Este auxílio, através da transferência de dinheiro e serviços de um governo para o outro, é visto como uma 'modernização' menos eficaz da antiga natureza dos subornos. Dentro desse acordo as partes realizam uma troca, de ajuda por serviços políticos prestados ou que serão prestados e torna-se inferior ao antigo modelo devido aos mecanismos aplicados, pois: a) detém a justificativa de ser uma ajuda externa para o desenvolvimento econômico e b) o dinheiro e serviços são transferidos por meio de elaborados mecanismos, criados para ajuda econômica genuína. Então não existe uma forma direta e prática do Estado fornecedor 'cobrar' a sua moeda de troca do Estado receptor.

Ainda, este anseio de substituir a tradicional relação de subornos interestatal por esta complexa maquinaria, resultou na percepção de que as nações altamente industrializadas teriam a obrigação de transferir serviços e fundos para os Estados que não se encaixam neste núcleo. Cria-se nesta relação expectativas que inevitavelmente serão frustradas, tanto pelo doador quanto pelo

receptor, devido à vontade das partes muitas vezes estarem implícitas. Visto que o “suborno disfarçado de ajuda externa para o desenvolvimento econômico faz de doadores e receptores atores em uma peça que, no final, eles podem não ser mais capazes de distinguir da realidade” (MORGENTHAU, 1962, p. 302, tradução nossa⁷). Atrapalhando o propósito original da transação e causando a insatisfação de ambos envolvidos, que acreditam não terem recebido o que lhes era de direito.

Não obstante, se o receptor desaprova os objetivos, sistema ou filosofia política do doador, os efeitos diplomáticos desse acordo seriam nulos; porque a concepção seria “o auxílio é bem-vindo, mas a outra parte não”. Logo, o desejável seria estruturar uma conexão psicológica positiva entre doador e receptor, com os procedimentos utilizados para prestar o auxílio e o assunto que estaria relacionado (MORGENTHAU, 1962).

Ocorre que, a diplomacia externa é por diversas vezes influenciada pela política interna do Estado, restando a assistência internacional, em grande parte, sob o controle das instituições e lutas políticas domésticas (FAN; YUEHUA, 2008). Em relação ao ODA japonês à China é possível vislumbrar esta frustração de ambas as partes por: a) não terem seus desejos atendidos e b) não firmarem uma relação positiva entre o doador e o receptor, exatamente por conta de instabilidades internas.

3. O MODELO JAPONÊS DE ASSISTÊNCIA OFICIAL AO DESENVOLVIMENTO

O ODA japonês pode ser compreendido como uma sofisticada ferramenta de política, que evoluiu com o tempo em busca de embasar aos contribuintes o seu fornecimento. Embora também recebesse auxílio externo, o Japão começou a utilizar esse mecanismo em 1951⁸, quando foi firmado o Tratado de Paz de São Francisco. O país se viu obrigado a realizar reparações de guerra a outros países da Ásia, devido aos danos infligidos na SGM, condição para ingressarem novamente na comunidade internacional. Ocorre que neste momento o governo não conseguia cumprir com as necessidades financeiras internas, os levando a utilizar, além dos acordos de reparação, a modalidade de empréstimos em ienes e cooperação técnica⁹ (AKIKO, 2000). Argumenta-se que esta

⁷ O original versa: “*Bribery disguised as foreign aid for economic development makes of giver and recipient actors in a play which in the end they may no longer be able to distinguish from reality.*”

⁸ Rudner (1989) explica que em 1940-1950 o Japão ainda era um país de baixa renda, em que as indústrias sofreram deslocamento generalizado e estavam em ruínas devido à guerra. Nesse sentido, o governo comprometeu-se em reconstruir os ativos econômicos dos países afetados pelo conflito, visando voltar à comunidade internacional. Estes acordos de reparação envolviam muitos dos países em desenvolvimento na Ásia e Pacífico - ainda assim foram excluídos dos acordos a Tailândia, pela situação cobeligerante, e a RPC, por não ter sido reconhecida pelo Japão.

⁹ Como suporte a estes mecanismos, em fevereiro de 1957, o Primeiro-Ministro Kishi desenvolveu uma filosofia de ajuda externa com o pensamento de que: a) o Japão auxiliando a reconstrução destes outros países aumentaria o bem-estar dos japoneses; e b) que a reparação e a cooperação econômica com os vizinhos

cooperação econômica auxiliou a construção de infraestruturas econômicas e sociais, base dos Estados, e no desenvolvimento de recursos humanos; logo, formou-se um ambiente de investimento 'frutífero' para o comércio e o setor privado no Sudeste Asiático. Neste background, o Japão conseguiu aumentar anualmente suas exportações devido às políticas de incentivo e este método de abordagem ficou conhecido como "Modelo de ODA Japonês" (ARAKI, 2007).

O país nipônico depende fortemente das relações internacionais perante a sua carência em importações de energia e matérias-primas, mesmo em 1985 suas fontes de energia já eram 80,3% externas (ZHOU, 1991). Por isso, o Japão tornou-se o terceiro maior doador da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no Comitê de Assistência a Doadores (DAC), ao fornecer US\$17,6 bilhões de Assistência Oficial ao Desenvolvimento em 2021, e sendo o maior doador na Ásia. O ODA representa 0,34% da renda nacional bruta do país e estima-se que, para o ano fiscal de 2022, ocorra uma diminuição de 10% em comparação ao de 2021. O governo declarou pretensões de revisar a Carta do ODA até o final deste ano, porque o apoio é concentrado por meio de acordos bilaterais e contribuições multilaterais – respectivamente, 83% e 17% em 2022 –, mas mesmo assim permanecendo abaixo da média da OCDE DAC, que é de 42% (DONOR TRACKER, 2022).

Em 1974 a criação da Agência de Cooperação do Japão (JICA) buscou efetivar a aplicação do ODA de forma mais neutra, atuando como um mediador na avaliação de projetos (CHIARELLI, 2009). Posteriormente, quando o período pós-Guerra Fria causou mudanças na política japonesa novamente, adveio uma onda de nacionalismo – vinculado a questões de segurança após o ataque de 11 de setembro nos EUA – e trouxe preocupações sobre melhorias na questão humanitária; com um 'efeito dominó' na reforma administrativa e reflexão sobre a motivação para fornecimento do ODA. Este novo olhar sobre a filosofia de auxílio bifurcou-se na formulação da Carta do ODA japonês em 1992¹⁰, revisada em 2003 dando maior importância ao interesse nacional, e a inclusão de segurança humana como princípio para a ajuda (POTTER, 2012).

As atividades desenvolvidas pela JICA abrangem o envio de especialistas aos países receptores, fornecimento de máquinas e equipamentos, fornecimento de instalações de treinamento para pessoas dentro do Japão, envio de equipes de pesquisa de desenvolvimento para auxiliar na produção dos projetos e de voluntários de cooperação internacional aos países receptores.

garantiriam mercado de exportação para as indústrias japonesas e então melhora para a economia japonesa (AKIKO, 2000).

¹⁰ A Carta de 1992, elenca como princípios e objetivos base o compromisso de vincular a ajuda com a democracia, conservação ambiental e limitações aos gastos militares, produção e venda de armas de destruição em massa (POTTER, 2012). Pode-se listar além disso, a) a necessidade do auxílio ser autossustentado, com prioridade em infraestrutura, desenvolvimento de um sistema legal e estrutura econômica e social; b) recursos para promoção de segurança humana, mitigando conflitos e prevenindo desastres naturais, combate a doenças infecciosas e a consolidação de comunidades locais; c) criação de políticas igualitárias, desenvolvimento social e diminuição de diferenças econômicas; d) envio de especialistas japoneses para resolver problemas; e, por final e) a construção de um sistema de colaboração do Japão para com a comunidade internacional (CHIARELLI, 2009).

Responsável também pelas doações a projetos envolvendo assistência técnica, treinamento e fornecimento de equipamentos para agricultura, silvicultura, pesca, saúde e bem-estar, educação, mineração e manufatura (RUDNER, 1989). Ademais, em busca de evitar sofrer tantas influências diante de comportamentos dos atores internacionais, a JICA foi considerada independente em 2008 (CHIARELLI, 2009).

O modelo do ODA japonês detém como característica marcante o Princípio do Pedido, levando o governo a não considerar, comumente, o projeto até que seja feito formalmente pelo país receptor. Dentro da academia, segundo levantamentos de Potter (2012), os estudiosos diferem: a) Alan Rix (1980) explica que a aplicação deste princípio pelo Japão implica no ato de responsabilizar a formulação dos projetos pelo interessado, evitando repercussões negativas a respeito do possível interesse japonês; b) Potter (1996) declara que essa é uma forma de reduzir encargos administrativos e de produção de projetos; c) Takahashi expõe que isto facilitaria a explicação aos contribuintes e garantiria o controle dos gastos do ODA; e d) alguns estudiosos japoneses reforçam que esta seria uma característica central da doutrina de autoajuda. Neste tópico o Japão difere dos ideais de outros países doadores, que buscam aliviar a pressão e auxiliar os governos receptores com ajuda orientada.

Ocorre que, a aplicação de determinados dispositivos, como financiamentos associados e créditos mistos, podem ser vistos como um ato de manipulação japonês das prioridades nos países receptores, por induzirem o investimento excessivo em determinada área e incentivar o endividamento internacional dos governos. Destaca-se ainda o desvio de fluxos do ODA, dos países menos desenvolvidos para aqueles que possuem economias em desenvolvimento, de renda média e rápido crescimento visando exportação. Mescla assim objetivos filantrópicos, econômicos e políticos de economia externa – enfatizando a produção agrícola, de matérias-primas, exportações e industrialização –, mantendo níveis altos de proteção doméstica (RUDNER, 1989).

Logo, o ODA acabou por transmutar-se numa ferramenta chave para a política¹¹, em que mudanças significativas no ambiente internacional ou interno impactam sua aplicação. Internamente no Japão observou-se que, de 1990 a 2003, a visão positiva dos cidadãos caiu de 43,2% para 19% e o desejo de redução do auxílio aumentou de 10,7% para 25,5%; possivelmente devido à estagnação econômica, à situação fiscal negativa e à carência de transparência, não sendo visto como suficientemente eficaz sob questão de consciência do auxílio pelos cidadãos nos países receptores. Apesar deste anseio do povo japonês, a comunidade internacional caminha em uma direção oposta, desejando desvincular as bandeiras dos acordos (SUNAGA, 2004).

¹¹ A respeito da política externa, é possível vislumbrar no caso japonês um especial equilíbrio entre as preocupações domésticas e influências diante de objetivos internacionais, possivelmente diante da limitação constitucional a respeito das Forças de Defesa e a posição defensiva em que se encontram por isso (SUNAGA, 2004).

4. A RELAÇÃO SINO-JAPONESA E O FORNECIMENTO DO ODA

Ao renunciar às reparações de guerra em 1972, a RPC buscava a normalização das relações entre os países e não detinha intenções de receber o apoio financeiro japonês em retorno, visto que diversas ofertas de assistência financeira fornecidas pelo país nipônico foram rejeitadas – inclusive o editorial do Diário do Povo enfatizou a recusa de empréstimos por parte da China em 1977. Apenas em 1979 ocorreu o aceite de auxílio japonês, após reformas internas e implementação de políticas de abertura (XU, 2013).

O repasse oficial de recursos à China iniciou em 1980, majoritariamente na modalidade do ODA, conforme os projetos econômicos nacionais chineses e durando em média cinco anos. Esses eram voltados para plantas industriais e obras de infraestrutura – como ferrovias, portos, rodovias, sistemas de produção e transmissão de energia (SILVA, 2012).

Sob o viés estratégico japonês, a decisão de apoiar as modernizações do Presidente Deng foi fundamental, pois desta forma: a) no ramo internacional, investiria em outro ator para auxiliar a estabilidade regional, contra a União Soviética; b) sob o viés político, possibilitaria a estabilidade interna da China, se as modernizações fossem bem sucedidas, e fortaleceria um Estado que via de forma positiva o Japão; c) economicamente, expandiria a sua rede de subcontratação e poderia acessar um gigantesco mercado, com fonte adicional das matérias-primas e recursos energéticos; e por fim, d) criaria uma alternativa à dependência japonesa aos EUA (SILVA, 2012).

De 1978 até 1982, Beijing enviou à Tóquio 46,5 milhões de barris de petróleo e, em contrapartida, Tóquio fomentou a infraestrutura econômica chinesa com a construção de estradas, aeroportos, estações de energia e em projetos de implementação de serviços de saúde e preservação ambiental – motivados pelo Acordo Comercial Sino-Japonês de Longo Prazo, de 1979. Esse comprometia o Japão em fornecer 320 bilhões de ienes em empréstimos de desenvolvimento para seis grandes projetos de modernização e, na segunda leva de empréstimos em 1984, 470 bilhões de ienes para outros sete projetos (KIM, 1985).

A respeito da infraestrutura, em 1981 o auxílio fornecido por Tóquio para as reformas das fábricas chinesas possibilitou a melhoria de plantas e instalações industriais já existentes. O plano previa a renovação de três mil fábricas até 1985 e, de 1981 a 1983, trezentas foram colocadas sob orientação nipônica – nos campos de fabricação de bens de consumo básicos como geladeiras, aparelhos televisivos, rádios e entre outros (KIM, 1985).

Compensatoriamente, o desenvolvimento japonês nos recursos energéticos chineses estaria coligado com o desejo de diversificar suas fontes de abastecimento de energia essenciais. Tanto que, em 1982, a cooperação realizava progressos no ramo de exploração de carvão e petróleo bruto. Com o envolvimento ativo do Japão nas minas de carvão em Shanxi, Shandong, Anhui, Hebei e no interior da Mongólia; fornecendo assistência técnica e expandindo a indústria de carvão e sua infraestrutura para o transporte. Neste campo o Banco de Cooperação Internacional Japonês destinou US\$940

milhões, dos US\$2 bilhões de créditos acordados a serem fornecidos até 1979, com mais da metade do valor sendo aplicado ao desenvolvimento de sete novas minas de carvão (KIM, 1985).

Voltado ao campo do petróleo, durante 1981 a 1983, US\$520 milhões foram disponibilizados para joint ventures, motivados pela comprovação de existência substancial de petróleo e gás natural durante os testes nos poços no Golfo de Bohai e em outras plataformas chinesas, como Golfo de Tonquim e o Rio das Pérolas. No final de 1983, as empresas japonesas participavam de onze joint ventures com os chineses de forma igualitária, com aproximadamente US\$28 milhões envolvidos (KIM, 1985).

Na área de infraestrutura, projetos de larga escala foram implementados frequentemente, incluindo a construção da Ferrovia Beijing-Qinhuangdao (ODA) e a Expansão do Porto de Qinhuangdao (ODA), auxiliando nas exportações de carvão ao Japão; implementadas também a construção da Linha 1 do Metrô de Beijing (ODA), do Aeroporto Internacional de Xangai Pudong (cooperação técnica e ODA) e da Estação de Tratamento de Esgoto de Beijing (ODA). O projeto do Centro de Amizade Sino-Japonesa para Proteção Ambiental (cooperação técnica e ODA) serviu como contramedida à chuva ácida, o Florestamento e Projeto de Conservação Florestal (cooperação técnica, ODA e subvenção) contribuiu na cobertura florestal chinesa; essenciais para a área ambiental (MOFA, 2018).

Sobre saúde e assistência médica, foi construído o Hospital de Amizade China-Japão¹² (cooperação técnica e ajuda financeira) e realizadas contramedidas às infecções de poliomielite e outras pandemias (cooperação técnica, ajuda financeira e ODA), para além do Projeto de Cooperação Estratégica China-Japão sobre Medidas de Envelhecimento da Sociedade (cooperação técnica). Tratando-se de desastres naturais, o terremoto de Sichuan em 2008 causou uma resposta japonesa (cooperação técnica) com o envio de equipes de socorro, fornecimento de bens e apoio à reconstrução (MOFA, 2018).

Ocorre que a recessão da economia nipônica impactou o fornecimento do ODA que, de 200 bilhões de ienes em 1999, ficou em 100 bilhões de ienes em 2003. Mesmo assim, neste ano a JICA enviou quinze mil trainees aos chineses, recebeu vinte e dois mil estagiários para o setor produtivo industrial na Associação de Bolsa de Estudos para Técnicos Estrangeiros e deslocou cinco mil especialistas ao país (CHIARELLI, 2009). Com tudo, a ascensão econômica chinesa começou a ser vista de forma ameaçadora por Tóquio, levando o governo a anunciar a eliminação progressiva do ODA à China a partir de 2003 (POTTER, 2012). Deduz-se assim que o ODA sino-japonês pode ser dividido em três tempos: desenvolvimento (1979-1989), ajuste (1990-2000) e conversão (2000-2022).

¹² Conforme a matéria publicada em jornal japonês (NOBURU, 2022), Tóquio forneceu 16,5 bilhões de ienes para equipamentos médicos mais modernos ao hospital (1981-1983) e facilitou a transferência de conhecimento médico japonês e abordagens de cuidados médicos para todos os funcionários (1981-1995).

O primeiro período abrange as tentativas de estabelecer as relações diplomáticas, que surtiu em conquistas simbólicas na relação amigável entre os países, como o Centro de Intercâmbio Juvenil e o Hospital da Amizade. O segundo, ligado ao Plano de Desenvolvimento Chinês – oitavo e nono plano quinquenal – e com a extensão dos projetos para o setor ambiental, de desenvolvimento interior entre outros. E a última fase, com projetos ligados à educação e proteção ambiental, adveio junto com a deterioração no ambiente financeiro doméstico japonês, afetando o orçamento do ODA e com as reclamações constantes dos cidadãos (WU, 2008).

Todavia, diversos dos projetos de grande escala e de longos períodos foram realizados, por intermédio de empréstimos de ienes, como as construções: a) das cidades de Chongqing, Dalian e área ambiental em Guiyang; b) das províncias de Hunan, Hubei e, com métodos anti-inundação, em Jiangxi; c) Mongólia Interior, Ningxia, Guizhou, Xinjiang, Gansu e a extensão telefônica de Qinghai (WU, 2008). Em visita à China, pelo então Primeiro-Ministro Japonês Abe Shinzo em 2018, foi demonstrado o desejo de desenvolver uma relação igualitária entre os países, anunciando a não-adoção de novas propostas de projetos de ODA e a conclusão dos seis projetos em andamento, terminados em março de 2022 (DONOR TRACKER, 2019; JICA, 2022).

O Auxílio Oficial ao Desenvolvimento totalizou aproximadamente três trilhões e seiscentos bilhões de ienes, com baixas taxas de juros¹³, e foi reduzido gradualmente a medida que o desenvolvimento chinês crescia. Desta forma, fora finalizado por ter efetivado o seu papel de estabilidade e desenvolvimento nacional, existindo a possibilidade de futuramente novos projetos de cooperação sino-japonesa serem considerados (MOFA, 2018). Neste longo período de aplicação do ODA, foi possível notar que as discussões históricas e impactos do auxílio concentram-se em questões emocionais que afetam ambas as nacionalidades.

4.1 ACONTECIMENTOS E EMPECILHOS

São multidimensionais as questões que envolvem as relações bilaterais entre China e Japão. Do ponto de vista interno nipônico, a economia permanece estagnada, com crescente dívida pública e déficits fiscais, e as manifestações contra o fornecimento do ODA tornaram-se frequentes por não beneficiar diretamente os interesses nacionais. Muitos dos argumentos levantados no Japão seriam que, mesmo sendo uma ferramenta diplomática, o ODA não detém retorno proporcional aos custos; principalmente perante a deterioração das relações com a China. E as críticas a respeito da administração deste auxílio envolvem a carência de uma estratégia nacional e transparência, a não aplicação efetiva dos princípios constantes na Carta ODA – porque a China estaria com muitos gastos

¹³ A respeito do pagamento dos empréstimos, declaram que Beijing pagou fielmente as quantias no prazo e com juros, o último pagamento estaria programado para 2047. Ressalta-se ainda que os auxílios concedidos e a assistência de cooperação técnica não precisam ser reembolsados (NOBURU, 2022).

no setor militar e armamentista – e pelo pouco desenvolvimento nos setores sociais (KAWAI; TAKAGI, 2004).

As polêmicas entre os países começaram a surgir logo no início da reestruturação de laços. Em 1978 o governo chinês havia começado a fase de ajustamento do Plano Econômico de 1976, priorizando a curto prazo a agricultura e indústrias leves; levando à suspensão da construção do complexo siderúrgico de Baoshan e, em 1981, o cancelamento do projeto – diante da falta de reservas financeiras para cobrir os custos por parte da China (SILVA, 2012).

Este projeto estava sendo considerado como símbolo da cooperação econômica bilateral e o seu rompimento causou sentimentos negativos na população japonesa. Outro ponto de divergência na relação bilateral condizia a respeito da razão para o fornecimento do ODA; em que por um lado o auxílio era visto positivamente diante da modernização chinesa e, por outro, restava o sentimento que os projetos estariam substituindo as reparações de guerra. Além da crescente ideia de que o Japão estaria recolonizando a China economicamente, levando a pressão para que os japoneses aumentassem o investimento externo direto e resultando na assinatura do Pacto de Proteção ao Investimento de 1988 (SILVA, 2012).

Neste ponto, na década de 1980, quando a população chinesa começou a tolerar as relações bilaterais, a ideologia comunista entrou em declínio e as reformas promovidas por Deng Xiaoping sofriam represálias pela ala conservadora do Partido Comunista Chinês (PCC)¹⁴ e da população que sofria os impactos negativos das mudanças. Estabeleceu-se então ideias legitimadoras pelo partido e a implementação do patriotismo pregando o amor pela nação, a grandeza chinesa e o PCC como guardião dessas ideias. Com isto na China, a narrativa da guerra, que causava conflitos entre nacionalistas e comunistas, foi utilizada para unir os grupos em forma de resistência contra estrangeiros e da 'invasão' japonesa (SOUZA, 2017).

Em compensação, no Japão em 1982 os livros didáticos foram o pivô de intrigas, porque o Ministério da Educação teria recomendado mudanças no aspecto histórico – com orientações para eliminar, reformular ou abrandar passagens ligadas às ações do Exército Japonês durante o período colonial e de guerra. Cita-se a exemplo as descrições em que a “invasão da China” foi substituída por “avanço sobre a China”, além dos tópicos envolvendo o ocorrido em Nanjing (Nanking) (SOUZA, 2017).

A invasão japonesa à Nanjing ficou conhecida como “Massacre” ou “Estupro” diante da violência empregada pelos soldados do Exército Imperial que saquearam, incendiaram, torturaram e assassinaram milhares de civis em um curtíssimo prazo de tempo. Estima-se que foram executadas entre duzentas e trezentas mil pessoas apenas na cidade e, entre os civis violentados e mortos nesta antiga capital, calcula-se que entre vinte a oitenta mil mulheres chinesas foram estupradas pelos soldados – muitas faleceram pelos ferimentos ligados à violência sexual, cometeram suicídio ou

¹⁴ Esta ala do PCC também estava em alerta pelo aumento dos gastos japoneses em defesa (DA SILVA, 2012).

desenvolveram danos psicológicos gravíssimos. O ocorrido, conforme pesquisas de R. J. Rummel (1991), causou o óbito de 19 milhões de pessoas diretamente por assassinato ou indiretamente, diante da fome, doenças, bombardeios ou experiências médicas (CHANG, 1997).

O veredito pelos Tribunais Militares de Tóquio e Nanjing confirmaram a ocorrência dos assassinatos em massa, estupros indiscriminados, saques e destruições pelas tropas japonesas durante o inverno de 1937 a 1938; o Tribunal de Tóquio confirmou a morte de duzentos mil chineses e o Tribunal de Nanjing creditava mais de trezentas mil mortes. Ambas as decisões foram pautadas em registros e testemunhos, pois a maior parte dos documentos da época haviam sido destruídos quando a Segunda Guerra Mundial acabou. Servindo o veredito de Nanjing como a verdade substituta do evento (HAHM; HEO, 2019).

Diante deste movimento japonês de reescrever a história e a memória, a mídia asiática posicionou-se com diversas críticas e o próprio governo chinês protestou oficialmente requisitando que os livros fossem corrigidos, argumentando que ao omitir ou diminuir a natureza das ações durante a guerra estariam sendo incorretos e prejudicariam as relações sino-japonesas. Inclusive, durante dois meses, a imprensa chinesa realizou: a) matérias com líderes de organizações, juristas e acadêmicos; b) entrevistas com sobreviventes e testemunhas do massacre; e c) disponibilização de imagens das atrocidades e exposições fotográficas (SOUZA, 2017).

A ação japonesa foi vista como distorcida e com intuítos de embelezamento dos atos de guerra, sendo a primeira vez desde o fim do conflito que a RPC se manifestou publicamente sobre o ponto de vista histórico nipônico. Tornando, a partir de então, corriqueiros e cada vez mais intensos os desentendimentos a respeito deste tema¹⁵ (SOUZA, 2017). A autora Iris Chang (1997, p. 220) complementa dizendo que “os japoneses como nação ainda estão tentando enterrar as vítimas de Nanjing – não sob o solo, como em 1937, mas no esquecimento histórico”.

Inclusive, esta foi uma forma que políticos encontraram para moldar a opinião pública internamente. Acredita-se que a construção social e a memória coletiva – com seus processos de lembranças e esquecimentos – sobre a Segunda Guerra Mundial teve grande impacto no desenvolvimento das relações, podendo ser dividida em duas fases: a) quando a memória esteve sob o controle majoritário estatal, com a predominância do nacionalismo alvitado por líderes em busca de legitimidade na China e no Japão; e b) quando o Estado Chinês perdeu o monopólio e nasceu o nacionalismo popular, fomentado pelos intelectuais, jornalistas e escritores (SOUZA, 2017).

¹⁵ Em 1996 as disputas a respeito dos livros didáticos retornaram, quando o *New History Textbook* descreveu a invasão colonial japonesa como tentativa de auxílio ao desenvolvimento dos países asiáticos; depois em 2004 novamente quando o Conselho de Educação de Tóquio aprovou um livro de história que minimizava as atrocidades ocorridas em Nanjing ao declarar que as tropas japonesas mataram um grande número de chineses e retirando completamente o termo “massacre” e o substituindo por “incidente”, além de citar sobre a suposta existência de documentos que traziam dúvidas sobre o real ocorrido e incluir a foto sobre o comício japonês comemorando a queda da antiga capital chinesa – levando os estudantes a pensarem sobre a cumplicidade da população com o massacre e a guerra como um todo (HAHM; HEO, 2019).

Por mais que a RPC buscasse separar a população dos líderes japoneses para evitar estes antagonismos, visto que as economias já estavam interconectadas, os protestos populares chineses pautavam a visão de culpa coletiva ou maldade inerente pelo Império Japonês como um todo; crescendo também movimentos civis dos sobreviventes das agressões¹⁶ que reivindicavam a necessidade de reparações e compensações de guerra, que haviam sido abdicados no ato de normalização dos laços (SOUZA, 2017).

As visitas por líderes nipônicos ao Santuário de Yasukuni também abriam as feridas das vítimas do Império japonês. Em 1983 e 1984 foram realizadas visitas privadas ao Santuário Yasukuni por parte do Primeiro-Ministro Nakasone, de forma geral não ocorreram represálias internacionais por ter utilizado recursos pessoais e assinado o livro de visitas apenas como cidadão. A reação chinesa, e coreana, adveio em 1985 com a visita do Primeiro-Ministro japonês e seus aliados com caráter oficial, utilizando de recursos estatais e assinando o livro de visitas como ocupantes de cargos oficiais (SILVA, 2012).

Isto porque, em 1978, foram inscritos secretamente o nome de quatorze criminosos de guerra condenados e, em 1979, tornado este conhecimento público. O Santuário começou a ser visto como local de glorificação ao imperialismo japonês e, depois dos protestos chineses e coreanos, Nakasone desculpou-se e se comprometeu a não realizar mais visitas¹⁷ (SILVA, 2012).

Ademais, a visão japonesa a respeito do governo chinês também sofreu deterioração com o Incidente de Tian'anmen, na Praça Celestial de Beijing em 1989. Por mais que o governo nipônico tenha adotado uma postura conciliatória, diante dos interesses econômicos com a RPC, existiam receios a respeito do constrangimento dos protestos e de abusos de Direitos Humanos que levaram a aplicação de sanções japonesas à China durante um ano (SILVA, 2012).

Posteriormente, o governo japonês esforçou-se para a reintegração chinesa na comunidade internacional, retomou o fornecimento do ODA e as visitas oficiais em 1991. Em 1995, as diferenças econômicas entre os países se tornaram óbvias – enquanto a economia chinesa crescia dois dígitos, a japonesa estava estacionada – e a tese da ameaça chinesa ganhou força com os testes nucleares realizados pela RPC¹⁸ e as tentativas de influenciar a eleição de Taiwan daquele ano (SILVA, 2012).

¹⁶ Os sobreviventes abarcavam aqueles que foram escravizados sexualmente, que sofreram trabalhos forçados, exposição a armas químicas e entre outros (DE SOUZA, 2017).

¹⁷ Até os dias atuais, em busca de manter a paz e equilíbrio internacional com os vizinhos, os primeiros-ministros japoneses em exercício evitam visitar o local.

¹⁸ Ocorreram quatro testes nucleares de 1995 a 1996. O primeiro, em 15 de maio de 1995, ocorreu três dias após o encerramento da Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear – e dez dias depois da visita do Primeiro-Ministro Murayama Tomiichi, onde pediu que os chineses não realizassem testes nucleares. O segundo teste, ocorreu em agosto de 1995, duas semanas depois do discurso de Murayama na comemoração de 50 anos do fim da SGM, em que reconheceu com remorso a culpa japonesa na guerra em torno das agressões. O terceiro e o quarto testes ocorreram em junho e julho do ano seguinte, contribuindo para as tensões. Como resposta ao fato de o primeiro teste ter ocorrido mesmo com as solicitações, o governo japonês suspendeu até 1997 o ODA na modalidade de doações à China. Com o segundo teste acarretou a suspensão do fornecimento de ODA japonês em formato de doações indefinidamente. Na visão dos chineses, a reação havia sido desproporcional e hipócrita, pois o Japão era protegido pelos Estados Unidos e a China não

A reaproximação estratégica Japão-EUA e publicações controversas em documentos, tratando-se da China, auxiliaram a visão de cercamento chinês causando a sequente reaproximação chinesa com a Rússia e a Ásia Central em 1996. Isto levou a outra tensão e suspensão de doações japonesas, que perdurou até 1997, sendo que as relações só foram apaziguadas quando a RPC interrompeu testes nucleares e assinou o Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares (KAWAI; TAKAGI, 2004).

Então, no ano seguinte, em sua primeira visita oficial ao Japão o presidente chinês Jiang Zemin repetiu a necessidade de desculpas japonesas por escrito pela invasão e os japoneses receberam esta solicitação negativamente (KAWAI; TAKAGI, 2004), mas trouxe resultados positivos também – como a Declaração Conjunta entre Japão e China para a construção da Parceria de Amizade e Cooperação e o comprometimento de empréstimo para vinte e oito projetos, em forma de ODA, no valor de 390 bilhões de ienes (SILVA, 2012).

Novas filosofias de estado foram aplicadas na RPC quando Hu Jintao tornou-se presidente em 2003. Ele almejava distribuir o desenvolvimento econômico pelas regiões do país, diminuir as desigualdades sociais e promover métodos democráticos e desenvolvimento sustentável, por intermédio dos incentivos à educação e ao desenvolvimento científico. No setor internacional constituiu um tripé com os conceitos de: a) Ordem Internacional, buscando reformas nos organismos multilaterais e governança global, além de reafirmar os princípios de Zhou Enlai; b) Segurança, pela ASEAN¹⁹ com cooperação e resolução de conflitos pela confiança e consenso; e c) Ascensão Pacífica, aplacando a ideia de ameaça chinesa e desejando estabilidade internacional para o desenvolvimento (SILVA, 2012).

Esta estabilidade interna e externa da RPC, consolidou o nacionalismo e a modernização econômica e militar. E, como consequência, os cidadãos começaram a clamar por uma postura assertiva nas relações internacionais diante do crescimento do país e a chegada da internet, que possibilitou uma maior mobilidade do nacionalismo popular. Sendo possível analisar este movimento quando, em 2003 com menos de dez dias, um milhão de chineses assinaram uma petição contra a participação de empresas japonesas na construção de trens de alta velocidade no país (SOUZA, 2017).

O projeto, de US\$15 bilhões, da Ferrovia de Alta Velocidade de Beijing-Shanghai apresenta-se como um dos danos às relações bilaterais causado pelo sentimento de nacionalismo e oposição nipônica. Isto porque a aplicação da tecnologia japonesa shinkansen estava sendo cotada como a mais adequada ao projeto, mas a negação por parte dos cidadãos era decorrente da resistência

havia um mecanismo de proteção contra possíveis ataques; ademais pairava a questão da politização da ODA, em que o Japão tentava interferir em questões internas utilizando-se desta ferramenta (DA SILVA, 2012).

¹⁹ A sigla faz referência a Associação de Nações do Sudeste Asiático, fundada em 8 de agosto de 1967, em Bangkok, Tailândia. Esta é uma organização regional intergovernamental que abarca dez países do sudeste asiático, promovendo a cooperação intergovernamental e facilitando a integração econômica, política, de segurança, militar, educacional e sociocultural entre seus membros e outros países da Ásia.

japonesa de reconhecer as agressões passadas e causou a retirada do país do projeto. Desde então as relações sino-japonesas mantiveram-se relativamente estáveis, mas tensas. Ao colocarem as discordâncias referentes a história para debaixo do tapete sem tratar diretamente do problema e esclarecer as questões pendentes (SOUZA, 2017).

Existem dois fatores essenciais que contribuíram para as mudanças políticas externas: a) a ascensão ao poder da direita no Japão; e b) a ascensão da China, que cresce e torna-se mais influente, conseguindo efetivar uma postura externa mais assertiva. A respeito do primeiro ponto, o desempenho não satisfatório da economia japonesa, com aumento das taxas de desemprego e diminuição das taxas de crescimento, causou o despencamento da aprovação interna dos líderes e esses se voltam para políticas externas agressivas e o nacionalismo exacerbado, em busca de aprovação pública (HAHM; HEO, 2019).

Inclusive a respeito do cargo de Primeiros-Ministros, no Japão, é possível observar que: a) os mandatos curtos ligam-se com líderes mais pacíficos e conciliatórios em sua política externa; e, quando a direita toma o poder a economia encontra-se baixa, b) os líderes assumiam posições protecionistas com discursos conservadores, unindo o povo japonês contra o 'inimigo' e alargando o tempo que permaneciam na posição (HAHM; HEO, 2019).

Com a economia e o setor militar forte, a China realizou respostas mais agressivas em relação as novas visitas de políticos japoneses ao Santuário Yasukuni, deixando claro por Beijing que esses atos se tornaram empecilhos significativos ao desenvolvimento das relações. Ainda, o Ministério das Relações Exteriores da China afirmou que a base das relações sino-japonesas seriam a compreensão mútua do período anterior, dando a entender que se esse fosse inexistente toda a relação seria (HAHM; HEO, 2019).

A ascensão chinesa e a interdependência econômica possibilitaram políticas de retaliação ao Japão, aumentando a influência chinesa²⁰. Logo, quando os políticos japoneses utilizam desta tática, de discursos conservadores carregados de acentuado nacionalismo, apesar de trazer estabilidade e aprovação doméstica, causam confrontos externos (HAHM; HEO, 2019).

Crê-se que, ao não desenvolver uma visão em comum sobre os acontecimentos entre os dois povos, teria aberto precedentes para que os Estados desenvolvessem suas versões conforme interesses nacionais. O avanço das redes de comunicação e mídia alavancaram o nacionalismo popular e a capacidade de mobilização de grupos, transformando as divergências históricas em um 'monstro', ampliando o risco de desentendimentos e ameaçando a segurança e economia regional (SOUZA, 2017).

²⁰ Sobre a ligação entre o crescimento econômico e a mudança na política externa, a Teoria do Poder de Desenvolvimento declara que os Estados conseguem mudar suas políticas internacionais à medida que a economia se desenvolve, pois a) as altas taxas de crescimento trazem maiores recursos que podem ser utilizados como ferramenta política; b) aumenta os gastos com defesa que resulta em forças armadas e exército mais preparado, possibilitando políticas agressivas em busca de defender interesses nacionais; c) a crescente interação externa em campos como comércio, desemboca em maiores interesses nacionais coligado com o aumento de poder (HAHM; HEO, 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões históricas entre o Japão e a China perduram a décadas e, por mais que exista a tendência de ficarem submersas, principalmente quando é relevante aos governos manterem um relacionamento pacífico, quando ressurgem afetam gravemente o desenvolvimento de projetos e das relações econômicas e diplomáticas entre os países.

Além de estes conflitos a muito terem marcado ambas as populações, a China sofreu agressões gravíssimas durante a SGM e SGSJ e é, novamente, violentada quando tentam camuflar a história; o Japão sente-se injustiçado por acreditar que já recompensou as agressões perpetradas e não compreende a falta de reconhecimento por parte dos chineses. Argumenta-se que internamente, a utilização de discursos nacionalistas por parte de governantes incitou um conflito que agora migrou do núcleo governamental para as mãos da população, com difícil resolução diante da conjuntura firmada.

Estes conflitos a respeito da história, reparações de guerra e falta de reconhecimento de esforços não podem ser vistos como naturais, pois originaram-se após a normalização das relações. Ao não desenvolver laços psicológicos positivos entre nações – como defendia Hans Morgenthau em 1962 – e ao ignorar as controvérsias históricas em busca da normalização, acabou por firmar a ideia de que: a) o auxílio era positivo e aquele que o fornecia não era por parte dos chineses; e b) que o fornecimento do ODA era infrutífero diante da ingratidão chinesa e por isso não deveria continuar, por parte dos japoneses.

Ademais, Margolin (2015) acreditava que não havia uma única causa em relação as dores da população chinesa, pois as agressões continuaram a comprometer o desenvolvimento de uma relação sincera entre os dois países. Reforçando que o Japão não teria realizado a crítica interna necessária, continuando a emitir desculpas protocolares e repetindo de forma constante os mesmos erros.

É improvável que as relações entre os países melhorem de forma significativa porque, além das questões históricas, persiste o conflito territorial sem resolução pelas Ilhas Senkaku/Diaoy. Isto porque, desde o desenvolvimento veloz da economia chinesa, o governo da RPC passou a se manifestar de forma mais incisiva e demonstrar o desejo de indexar novamente as ilhas como parte do seu território.

Ademais, deve-se citar três desdobramentos recentes que impulsionaram ainda mais as tensões: a) o assassinato de Shinzo Abe que, mostrava-se como o Primeiro-Ministro com maior disposição e capacidade de apaziguar os ânimos internos e manter o diálogo com a China.; b) a eleição de Fumio Kishida para Primeiro-Ministro, que tem buscado aumentar os gastos governamentais e mudar o perfil de força das forças de defesa do Japão, com uma postura de confrontação com a RPC; e c) a visita de Nancy Pelosi, Presidente da Câmara dos Representantes

dos EUA, à Taiwan dando a entender possível apoio estadunidense a independência da ilha e acirrando as tensões, inclusive diante da influência japonesa no local até os dias atuais.

O término do fornecimento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, de Tóquio à Beijing, pode ser compreendido como um marco definitivo do modelo existente de governança e equilíbrio entre os países no Leste Asiático, onde um estopim poderá dar início a uma disputa franca pela hegemonia regional – e esse poderá ser a disputa por Taiwan. Resta analisar as possíveis ações e contramedidas que serão tomadas pelos governos em busca de firmar relações violentas ou pacíficas. E a possibilidade de aprofundar o estudo em torno da utilização de mecanismos de auxílio internacional pelos Estados com suas efetividade e constrictões.

*Artigo recebido em 28 de junho de 2023,
aprovado em 27 de outubro de 2023.

REFERÊNCIAS

AKIKO, F. *Official Development Assistance (ODA) as a Japanese Foreign Policy Tool*. **Japanese Foreign Policy Today**, p. 152–174, 2000. DOI:10.1007/978-1-349-62529-1_9. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-62529-1_9. Acesso em: 29 set. 2022.

ARAKI, M. *Japan's Official Development Assistance: The Japan ODA Model That Began Life in Southeast Asia*. **Asia-Pacific Review**, 14 (2), p. 17–29, 2007. DOI:10.1080/13439000701733218. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13439000701733218>. Acesso em: 29 set. 2022.

BIANCO, Lucien. **Asia Contemporânea**. História Universal Siglo XXI, v. 33, ed. 7, 1987.

CHANG, Iris. **The Rape of Nanking: The Forgotten Holocaust Of World War II**. Basic Books, 1997.

CHIARELLI, João Rodrigues. **Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) como ferramenta política: Mecanismos de integração regional**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Ciências Sociais: Bacharelado, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/18433>. Acesso em: 14 nov. 2022.

DONORTRACKER. **Country: Japan**. *The Donor Tracker is an initiative by SEEK Development*. Disponível em: <https://donortracker.org/country/japan>. Acesso em: 17 nov. 2022.

FAN, H.; YUEHUA, T. *Determinants of Official Development Assistance in the Post-Cold War Period*. **The Chinese Journal of International Politics**, 2 (2), p. 205–227, 2008. DOI:10.1093/cjip/pon008. Disponível em: <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/2/2/205/377024>. Acesso em: 29 set. 2022.

HAHM, Sung Deuk; HEO, Uk. *History and Territorial Disputes, Domestic Politics, and International Relations: An Analysis of the Relationship among South Korea, China, and Japan*. **Korea Observer**, v. 50, n. 1, p.53-80, 2019. Institute Of Korean Studies. DOI:

<https://doi.org/10.29152/KOIKS.2019.50.1.53>. Disponível em:
<https://scholar.kyobobook.co.kr/article/detail/4010027070078>. Acesso em: 28 set. 2022.

JICA. **Countries & Regions: China**. *Japan International Cooperation Agency*. Disponível em:
<https://www.jica.go.jp/china/english/index.html>. Acesso em: 17 nov. 2022.

KAWAI, M.; TAKAGI, S. *Japan's official development assistance: recent issues and future directions*. **Journal of International Development**, 16 (2), p. 255-280, 2004. DOI:10.1002/jid.1074. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jid.1074>. Acesso em: 29 set. 2022.

KIM, Hong N. *Sino-Japanese economic relations since 1978*. **Asian Perspective**, vol. 9, n. 2, 1985, p. 155-168. Publicado por: *The Johns Hopkins University Press*. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43738050>. Acesso em: 28 set. 2022.

MARGOLIN, Jean-Louis. Guerra Sino-Japonesa (1937-1945). In: **Século de sangue 1914-2014: As vinte guerras que mudaram o mundo**, p. 55-69. HECHT, Emmanuel; SERVENT, Pierre (orgs.). Tradução por: Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2015.

MOFA. **Looking Back over 40 Years of ODA to China**. *White Paper on Development Cooperation, Part III: Assistance for Each Region 1, East Asia*, 2018, p. 77. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/files/000557187.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MORGENTHAU, Hans. *A Political Theory of Foreign Aid*. **American Political Science Review**, 56 (02), p. 301-309, 1962. DOI:10.2307/1952366. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/political-theory-of-foreign-aid/85A76741EFE4E0169FFFEAA8441E94FE>. Acesso em: 02 out. 2022.

NOBURU, Okabe. **Forty-Two Years of Japanese ODA to China Comes to an End**. **Nippon.com**, Tóquio, 12 set. 2022. Sessão *Politics*. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/d00828/#>. Acesso em: 28 set. 2022.

POTTER, David M. **Japan's Official Development Assistance**. *Nanzan University*, 国際教育センター紀要 第12号 (Tradução: Boletim do Centro de Educação Internacional nº 12), 2012. Disponível em: http://office.nanzan-u.ac.jp/ncia/about-cia/item/pdf_12/kenkyu_02.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

RUDNER, M. *Japanese Official Development Assistance to Southeast Asia*. **Modern Asian Studies**, 23 (01), p. 73-116, 1989. DOI:10.1017/S0026749X00011422. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/modern-asian-studies/article/abs/japanese-official-development-assistance-to-southeast-asia/9EC5BE09D58FA2FCC3BE935638C954C8>. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, Athos Munhoz Moreira da. **As relações entre a República Popular da China e o Japão: Da guerra fria à interdependência**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71700/000879272.pdf;sequence=1>. Acesso em: 28 set. 2022.

SOUZA, Hércules Paulino de. O sentimento anti-Japão na China: origens, estímulos e consequências. **Revista Carta Internacional**, 2017, 12 (2), p. 126-149. Disponível em: <https://doi.org/10.21530/ci.v12n2.2017.633>. Acesso em: 27 set. 2022.

SUNAGA, Kazuo. ***The Reshaping of Japan's Official Development Assistance (ODA) Charter***. FASID Discussion Paper on Development Assistance No.3. Ministry of Foreign Affairs, 2004. Disponível em: https://www.fasid.or.jp/english/_files/discussion_paper/DP_3_E.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

WU, Zhigang. ***Research on Japan's ODA to China and Its Contribution to China's Development***. 9th Workshop, Project on the Chinese Economy, ORC, Kyoto Sangyo University, 2008. Disponível em: <https://www.cc.kyoto-su.ac.jp/project/orc/econ-public/china/documents/WUDP28.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2022.

XU, Xianfen. *Japan's Official Development Assistance (ODA) Policy towards China: The Role of Emotional Factors*. ***Journal of Contemporary East Asia Studies***, 2 (1), p. 77–94, 2013. DOI:10.1080/24761028.2013.1186905.

ZHOU, X. *Japan's Official Development Assistance Program: Pressures to Expand*. ***Asian Survey***, 31 (4), p. 341–350, 1991. DOI:10.2307/2645388. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2645388>. Acesso em: 29 set. 2022.